

Manifesto de Vila Nova de Milfontes - Pelo Futuro das Florestas Marinhas de Portugal

Subscrito por cientistas, profissionais, empresários e cidadãos envolvidos na conservação, investigação, educação e valorização sustentável dos ecossistemas marinhos portugueses.

Às entidades públicas responsáveis pelas áreas do Ambiente, Ciência, Inovação, Economia e Mar,

Definição de florestas marinhas

As florestas marinhas portuguesas incluem florestas de macroalgas (como as grandes laminárias), pradarias de plantas marinhas, jardins de corais e esponjas e outros habitats biogénicos estruturados por organismos engenheiros de ecossistema, incluindo recifes de algas calcárias e recifes de outros invertebrados como anelídeos, ostras nativas, mexilhões, crustáceos cirrípedes e briozoários.

Estes habitats constituem um **património natural de valor ecológico, climático, económico, cultural e estratégico incomparável**. Estes ecossistemas incluem não apenas as espécies fixas que estruturam os habitats, mas também a vasta biodiversidade que deles depende, incluindo peixes, crustáceos, moluscos e inúmeras outras espécies marinhas que utilizam estas florestas como abrigo, local de alimentação, reprodução e crescimento.

Dimensão ecológica e socioeconómica

São ecossistemas **essenciais para a biodiversidade marinha, para a proteção costeira, para a produtividade biológica e pesqueira, para a regulação do clima, e para o equilíbrio ecológico do oceano**. Funcionam como verdadeiros berçários de vida marinha, sustentando teias alimentares, atividades humanas, economia, modos de vida, bem-estar das populações costeiras e a resiliência das zonas costeiras.

Contudo, estes ecossistemas encontram-se hoje sob crescente ameaça.

Relação mar-terra

A artificialização dos ecossistemas terrestres, a erosão, a poluição, as espécies invasoras e o desequilíbrio das teias tróficas marinhas causado pela sobrepesca de predadores estão a provocar alterações profundas nas florestas marinhas portuguesas, muitas delas silenciosas e insuficientemente reconhecidas no debate público e político, dada a ausência de monitorização adequada destes impactos.

Entre as ameaças mais graves e menos reconhecidas encontram-se as alterações dos ecossistemas terrestres que promovem a chegada excessiva de sedimentos à costa. A degradação dos solos, a destruição da vegetação natural e as alterações no uso do território reduzem a infiltração da água da chuva e aumentam a erosão, transportando

sedimentos para os ecossistemas costeiros. Esta pressão invisível afeta profundamente as florestas marinhas, reduzindo a luz disponível, alterando os fundos e comprometendo a sobrevivência de habitats sensíveis.

É fundamental **reconhecer que o futuro das florestas marinhas depende não só da forma como gerimos as zonas marinhas e costeiras, mas também da forma como gerimos os territórios terrestres e as bacias hidrográficas.**

Relação com a pesca

Outra das principais ameaças é a **sobrepesca que não permite renovação dos stocks com a consequente alteração das redes tróficas marinhas**. A remoção excessiva de predadores de topo reduz o controlo natural sobre espécies de níveis tróficos inferiores como as espécies herbívoras marinhas, favorecendo desequilíbrios ecológicos que levam ao consumo excessivo das florestas marinhas remanescentes. Em paralelo, determinadas práticas de pesca continuam a causar destruição mecânica direta dos fundos marinhos e dos habitats bentónicos.

Prioridade da conservação

Defendemos que a **prioridade nacional deve ser proteger eficaz e urgentemente o que ainda existe: as florestas marinhas portuguesas e a biodiversidade marinha associada, de elevado valor ecológico, científico e social para o país e para as comunidades costeiras.**

A conservação efetiva dos **ecossistemas ainda funcionais deve constituir uma prioridade estratégica**, reconhecendo que o restauro ecológico, embora essencial em muitos contextos, não substitui a necessidade de prevenir a degradação e perda dos habitats marinhos.

Irreversibilidade ecológica

A **prevenção da perda deve, por isso, ser considerada muito mais urgente e eficaz** do que tentar reconstruir ecossistemas depois do seu colapso. A ciência mostra que a perda de populações, espécies e habitats pode tornar-se irreversível à escala temporal das gerações humanas.

Se não conseguirmos conservar os bancos de capital natural que ainda persistem, ecossistemas construídos ao longo de décadas, séculos ou mesmo milénios, será muito difícil reverter plenamente a perda de biodiversidade incluindo restaurar os habitats prioritários definidos nas metas e compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Restauro

O restauro ecológico marinho ativo, é uma ferramenta importante e Portugal tem sido pioneiro na Europa na reintrodução de populações marinhas localmente extintas.

A experiência nacional e internacional demonstra que o restauro ecológico pode ser um processo complexo, variando significativamente entre ecossistemas e contextos ecológicos. Em habitats estruturalmente complexos ou formados por organismos de crescimento lento, a recuperação integral das características ecológicas originais pode exigir longos períodos de tempo ou revelar-se apenas parcialmente alcançável.

Contudo, noutros ecossistemas, especialmente quando as pressões responsáveis pela degradação são removidas atempadamente, processos de recuperação natural ou intervenções de restauro ativo podem permitir a recuperação relativamente rápida de funções ecológicas essenciais, biodiversidade associada e serviços ecossistémicos

Defendemos igualmente que os programas de restauro ecológico sejam desenvolvidos e avaliados de acordo com **princípios científicos internacionalmente reconhecidos**, privilegiando soluções **sustentáveis, resilientes e duradouras**. Estas devem ser assentes na redução e reversão das pressões responsáveis pela degradação dos ecossistemas, complementadas por intervenções humanas ativas em sistemas degradados onde exista fundamentação científica para essas ações.

O mais importante é que as intervenções de restauro devem ser cuidadosamente planeadas, **cientificamente fundamentadas** e acompanhadas por monitorização ecológica de longo prazo, assegurando uma utilização eficaz e transparente dos recursos públicos e privados investidos. Devem ainda ser cuidadosamente considerados **potenciais impactos ecológicos não antecipados** sobre habitats adjacentes, comunidades naturais remanescentes, conectividade ecológica e processos ecológicos já existentes.

A avaliação prévia e continuada da eficácia ecológica, da sustentabilidade das intervenções e dos seus potenciais efeitos colaterais deverão ser componentes de qualquer programa de restauro.

Finalmente o sucesso do restauro deve ser avaliado pela capacidade de recuperação dos ecossistemas e seus serviços a longo prazo.

Áreas marinhas protegidas

A criação, expansão e revisão das **áreas marinhas protegidas nacionais** deve constituir uma das principais ferramentas para atingir os objetivos de conservação e restauro dos ecossistemas marinhos e costeiros, **com base na melhor ciência disponível e em processos participados.**

Estas áreas deverão assegurar **níveis de proteção adequados, incluindo proteção total e proteção alta**, de acordo com critérios internacionais reconhecidos (IUCN e MPA Guide), salvaguardando os componentes ecológicos mais sensíveis e

estruturalmente importantes das florestas marinhas portuguesas e permitir um restauro passivo em ecossistemas degradados.

É igualmente fundamental garantir os **meios humanos, técnicos e financeiros necessários para assegurar a eficácia das áreas marinhas protegidas** e os seus benefícios ecológicos, climáticos, sociais e económicos a longo prazo.

Estratégia nacional

Portugal possui uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa e uma **responsabilidade acrescida** na conservação do oceano Atlântico. Possui igualmente **conhecimento científico de excelência**, projetos pioneiros de monitorização, conservação e restauro, e uma **comunidade científica e costeira altamente empenhada**.

Contudo, **falta ainda uma estratégia nacional integrada, coordenada, ambiciosa e eficazmente implementada** para a conservação da biodiversidade marinha nacional, particularmente ligada às suas estruturais florestas marinhas.

Neste contexto, os participantes da reunião científica “Que futuro para as florestas marinhas de Portugal?”, integrada no Festival das Florestas Marinhas, vêm apelar às entidades responsáveis para que:

1. Reconheçam formalmente as florestas marinhas como infraestruturas naturais estratégicas nacionais incluindo as espécies estruturais e toda a biodiversidade associada a estes ecossistemas.

Integrando-as nas políticas climáticas, de conservação da natureza e de ordenamento marítimo.

2. Criem uma Estratégia Nacional para os Ecossistemas das Florestas Marinhas, com horizonte até 2040.

Assente em metas claras e mensuráveis de conservação, monitorização, investigação, restauro ecológico e proteção efetiva, acompanhadas de ações concretas, objetivos intermédios para 2030 e 2035 e mecanismos regulares de avaliação e gestão adaptativa.

É fundamental que esta estratégia seja acompanhada por mecanismos reais de implementação, financiamento e avaliação, garantindo impacto concreto e continuado na conservação das florestas marinhas portuguesas.

3. Reforcem a proteção efetiva das florestas marinhas costeiras e oceânicas

Garantindo, gestão ativa, fiscalização e implementação eficaz das áreas marinhas protegidas, com medidas de proteção efetiva, com base na melhor ciência disponível e

em processos participados, incluindo áreas de proteção total ou alta para ecossistemas particularmente vulneráveis e ecologicamente relevantes, como as florestas marinhas do Banco Gorringe e outros habitats oceânicos e costeiros prioritários.

4. Criem programas nacionais de mapeamento monitorização ecológica marinha de longo prazo

Essenciais para saber que ecossistemas temos e onde, compreender tendências, avaliar efeitos de medidas de gestão, antecipar impactos climáticos e orientar decisões públicas e garantir a criação de uma capacidade nacional permanente de monitorização das florestas marinhas Portuguesas.

5. Valorizem a literacia oceânica, priorizem a educação, a participação pública e o envolvimento ativo das comunidades costeiras

Porque a proteção do oceano depende também de uma transformação cultural e social profunda, baseada na educação, no conhecimento, na participação informada e na construção de uma relação mais próxima entre a ciência, a sociedade, e mar, baseada em conhecer, compreender e sensibilizar.

6. Integrem a valorização sustentável e os operadores económicos responsáveis

Promovendo modelos de valorização sustentável e bioeconomia azul responsável, compatíveis com a conservação e recuperação dos ecossistemas marinhos, com envolvimento da comunidade científica, empresas, apanhadores, comunidades costeiras e administração pública, garantindo que a utilização sustentável dos recursos marinhos seja compatível com a proteção dos ecossistemas, assente em dados científicos, boas práticas, rastreabilidade, monitorização e gestão adaptativa.

Essencial para conciliar conservação, bioeconomia azul e utilização responsável dos recursos marinhos.

Conclusão

As florestas marinhas não são apenas ecossistemas invisíveis sob a superfície do mar. Constituem uma infraestrutura viva essencial para o futuro ecológico, climático, económico e social do país.

Proteger as florestas marinhas portuguesas não é apenas uma questão ambiental: é uma decisão estratégica para o futuro de Portugal. A evidência científica mostra que é necessário travar a degradação das espécies e habitats antes de ultrapassarem limites ecológicos de não retorno, pois após o colapso ecológico a recuperação pode tornar-se extremamente difícil em em alguns casos mesmo impossível.

O tempo para agir é agora.

Desenvolvido no contexto da reunião científica “Que futuro para as florestas marinhas de Portugal?”, integrada no Festival das Florestas Marinhas, realizado em Vila Nova de Milfontes, Portugal, 14-17 de maio de 2026

Anexo: Proposta de princípios orientadores para uma Estratégia Nacional para a Biodiversidade Marinha com horizonte até 2040

Embora este manifesto tenha surgido no contexto das florestas marinhas portuguesas, muitos dos princípios aqui apresentados aplicam-se de forma mais ampla à conservação, monitorização, restauro e gestão sustentável da biodiversidade marinha portuguesa no seu conjunto.

A Estratégia Nacional para a Biodiversidade Marinha deverá constituir um instrumento integrado, transversal e operacional de política pública para a conservação, monitorização, restauro e valorização sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos portugueses.

A estratégia deverá reconhecer explicitamente os ecossistemas marinhos portugueses, incluindo florestas de macroalgas, pradarias marinhas, jardins de corais e esponjas, recifes biogénicos, e todos os outros habitats costeiros e oceânicos, como infraestruturas naturais essenciais ao funcionamento ecológico do oceano, à adaptação climática, à biodiversidade, à produtividade biológica e pesqueira, à regulação biogeoquímica e à resiliência costeira e oceânica.

Deverá igualmente reconhecer a estreita interdependência entre os ecossistemas marinhos e costeiros terrestres, bem como o papel fundamental da vegetação natural, da gestão das bacias hidrográficas, e da qualidade ambiental terrestre na manutenção da integridade ecológica dos habitats marinhos.

A Estratégia deverá incluir:

1. Conservação e proteção efetiva

- Identificação, cartografia e monitorização dos principais habitats e ecossistemas marinhos portugueses;
- Proteção efetiva da conectividade ecológica entre habitats, espécies e áreas ecologicamente relevantes, vulneráveis ou de elevada importância ecológica;
- Reforço da gestão ativa e fiscalização efetiva das áreas marinhas protegidas, promovendo a colaboração e o envolvimento das comunidades locais e assegurando a aplicação de medidas dissuasoras de práticas destrutivas

- Expansão de áreas marinhas protegidas com níveis de proteção adequados, incluindo proteção total e proteção alta, de acordo com critérios científicos e internacionais;
- Redução/eliminação das pressões que causam degradação dos ecossistemas marinhos, incluindo destruição física dos fundos, sobrepesca, poluição, sedimentação excessiva, deposição de dragados em zonas ecologicamente sensíveis e áreas adjacentes, alterações climáticas, espécies invasoras.

2. Mapeamento e monitorização ecológica de longo prazo

- Criação de um Programa Nacional integrado de mapeamento de habitats e de monitorização ecológica de longo prazo;
- Desenvolvimento de indicadores ecológicos, climáticos e socioecológicos;
- Integração de ciência cidadã e observação participativa envolvendo comunidades locais;
- Disponibilização pública de dados ecológicos e ambientais em plataformas acessíveis e interoperáveis.

3. Restauro ecológico baseado na ciência

- Promoção de estratégias de restauro ecológico sustentáveis e de longo prazo;
- Prioridade ao restauro passivo, com remoção das pressões que levam à degradação dos ecossistemas;
- Desenvolvimento de projetos-piloto de restauro ativo baseados em evidência científica robusta, ecologicamente fundamentados e alinhados com boas práticas reconhecidas internacionalmente, incluindo monitorização e avaliação continuada da sua eficácia ecológica;
- Promoção de soluções de restauro ecológico autónomas, resilientes, e adaptativas, ou seja que favoreçam a recuperação natural, reforcem a resiliência ecológica e aumentem a capacidade de adaptação dos ecossistemas marinhos a perturbações futuras, incluindo alterações climáticas;
- Avaliação cuidadosa dos potenciais impactos ecológicos das intervenções de restauro sobre habitats adjacentes, espécies associadas e processos ecológicos existentes.
- Avaliação independente e transparente da eficácia ecológica, custo-benefício e sustentabilidade dos projetos de restauro ecológico marinho;

4. Investigação, inovação e conhecimento científico

- Reforço do financiamento à investigação marinha;
- Promoção de investigação interdisciplinar sobre funcionamento, conectividade e resiliência dos ecossistemas marinhos e terrestres interligados;
- Desenvolvimento de capacidades nacionais em ecologia marinha, oceanografia, monitorização oceânica, conservação marinha e bioeconomia azul sustentável;
- Promoção de uma rede de conhecimento em biodiversidade marinha integrando centros de investigação, laboratórios colaborativos, universidades, empresas, administração pública e comunidades locais.
- Garantia de que as ações de conservação, monitorização, restauro ecológico, gestão e valorização sustentável dos ecossistemas marinhos sejam desenvolvidas com base em conhecimento científico robusto, monitorização adequada, avaliação de eficácia e princípios de gestão adaptativa.

5. Bioeconomia azul sustentável

- Promoção de modelos de utilização sustentável dos recursos marinhos, cientificamente validados e acompanhados;
- Incentivo a operadores económicos responsáveis e à aplicação de práticas sustentáveis compatíveis com a renovação contínua dos recursos biológicos marinhos;
- Valorização de cadeias de produção assentes em rastreabilidade, boas práticas e sustentabilidade ecológica;
- Apoio ao desenvolvimento de atividades económicas compatíveis com a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos.

6. Literacia oceânica e participação social

- Reforço da educação ambiental e oceânica;
- Envolvimento das escolas, comunidades costeiras e sociedade civil;
- Promoção da aproximação entre ciência e sociedade;
- Apoio a iniciativas culturais, artísticas e educativas ligadas ao oceano;
- Promoção de uma cultura de valorização da biodiversidade marinha, reconhecendo que só se protege verdadeiramente aquilo que se conhece e com que se cria ligação.

7. Governança, financiamento e implementação

- Definição de metas claras, calendarizadas e avaliáveis;

- Estabelecimento de objetivos intermédios para 2030 e 2035;
- Criação de mecanismos de avaliação periódica e gestão adaptativa;
- Garantia de financiamento adequado, estável e continuado;
- Coordenação entre Ambiente, Ciência, Economia e Mar, Educação, Agricultura e Ordenamento do Território.

A Estratégia deverá traduzir-se em implementação concreta e continuada no terreno, garantindo que a conservação e recuperação da biodiversidade marinha portuguesa se tornam uma prioridade estrutural, transversal e duradoura para o país.

O presente manifesto reúne maioritariamente subscrições de participantes e apoiantes da reunião científica e do Festival das Florestas Marinhas. O manifesto permanece aberto à adesão de outras pessoas e entidades que se revejam e concordem com os valores, princípios e objetivos nele expressos, podendo a lista atualizada de subscritores ser consultada em:

<https://www.dropbox.com/scl/fi/ocr140hwvd94h2w66jl6q/Manifesto-de-Vila-Nova-de-Milfontes.docx?rlkey=c0d4t89eoh2faytnaysagw6sj&st=drkxi9qz&dl=0>

Organizações participantes e outros apoiantes

As organizações apoiantes não subscrevem necessariamente todos os detalhes do texto, mas manifestam apoio geral aos princípios e objetivos do manifesto.

Ciência e investigação

CCMAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve, CIMAR-L.A. (Laboratório Associado)

CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, CIMAR-L.A. (Laboratório Associado)

MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, ARNET L.A. (Laboratório Associado)

CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar -L.A., (Laboratório Associado), Universidade de Aveiro

BIOPOLIS-CIBIO L.A. (Laboratório Associado),

Sociedade civil e conservação

Associação Viridia - Conservation in Action

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (BirdLife International)

Vicentina Foundation

Cooperativa Ocean Alive

Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar

Mossy Earth

Empresas e iniciativas ligadas ao mar

Adega do Mar
Rota das Algas
ECOALGA - Clube de Mergulho da Costa Alentejana
Pescalgarve
Easy Harvest
Iberagar

Subscritores individuais:

Os subscritores participam neste manifesto em nome individual. As afiliações são indicadas apenas para identificação profissional.

Representantes institucionais e autárquicos

Rita Balbino Costa, Presidente da Assembleia Municipal de Odemira
Helder Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira
Vera Correia, Coordenadora de Promoção Territorial, Câmara Municipal de Odemira
Francisco Silva Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes

Investigação científica e ensino superior

Ester Serrão, Universidade do Algarve, CCMAR, CIMAR-L.A., e Associação Viridia, Faro
Isabel Sousa Pinto, Universidade do Porto e CIIMAR, CIMAR-L.A., Porto
Miguel Bastos Araújo, Universidade de Évora e MNCN-CSIC, Madrid
Teresa Mouga, Instituto Politécnico de Leiria, MARE, ARNET L.A., Peniche
João J. Castro, Universidade de Évora, MARE, ARNET L.A., Sines
Bernardo Duarte, Universidade de Lisboa, MARE, ARNET L.A., Lisboa
Vitor Vasconcelos, Universidade do Porto e CIIMAR, CIMAR-L.A., Porto
Adelino Canário, Universidade do Algarve, CCMAR, CIMAR-L.A., Faro
Amadeu Soares, CESAM-L.A., Universidade de Aveiro, Aveiro
Nuno Ferrand, BIOPOLIS-CIBIO L.A., e Associação Viridia, Vairão
Pedro Beja, BIOPOLIS-CIBIO L.A., Vairão
Rui Oliveira, ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida e GIMM - Gulbenkian Institute for Molecular Medicine, Lisboa
Helena Freitas, Universidade de Coimbra, Centre for Functional Ecology (CFE)-L.A., e Associação Viridia, Coimbra
Raquel Godinho, BIOPOLIS-CIBIO L.A., Vairão
Leonel Pereira, Universidade de Coimbra, CFE-L.A., Coimbra
Marina Ribeiro da Cunha, Universidade de Aveiro, Aveiro
Vanda Brotas, Universidade de Lisboa, MARE, ARNET L.A., Lisboa
Miguel Pardal, Universidade de Coimbra, CFE-L.A., Coimbra
David Jacinto, Universidade de Évora e MARE, ARNET L.A., Évora
Ana Sousa, CESAM-L.A. e Universidade de Aveiro, Aveiro
Rui Seabra, BIOPOLIS-CIBIO L.A., Vairão
Henrique Queiroga, CESAM e MARE, Lisboa
Teresa Cruz, Universidade de Évora, MARE, ARNET L.A., Sines
Gonçalo Calado, Universidade Lusófona, MARE, ARNET L.A., Lisboa
João N. Franco, Politécnico de Leiria, MARE, ARNET L.A., Peniche
Joana Xavier, CIIMAR, CIMAR-L.A., Porto
Carlos Aguiar, Escola Superior Agrária de Bragança e Associação Viridia, Bragança

Ricardo Melo, Universidade de Lisboa, MARE, ARNET L.A., Lisboa
Jean-Baptiste Ledoux, CIIMAR, CIMAR-L.A., Porto
Márcio Coelho, CCMAR, CIMAR-L.A., Faro
Rocio Nieto Vilela, BIOPOLIS-CIBIO L.A., Vairão
João M. S. Silva, CCMAR e CIMAR-L.A., Faro
Gabriela Faria Oliveira, CIIMAR e CIMAR-L.A., Porto
Duarte Frade, CCMAR e CIMAR-L.A., Faro
Teresa Paula Silva, Universidade de Évora e MARE, ARNET L.A., Sines
Cristina Espírito Santo, Universidade de Évora e MARE, ARNET L.A., Sines
Susana Almeida, CCMAR e CIMAR-L.A., Faro
João Neiva, CCMAR e CIMAR-L.A., Faro
Mar Hummet, BIOPOLIS-CIBIO L.A., Vairão
Luis Barreto, CCMAR e CIMAR-L.A., Faro
Luis Morais, Instituto Politécnico de Leiria, MARE, ARNET L.A., Peniche
Neusa Martins, CCMAR e CIMAR-L.A., Faro

Organizações da sociedade civil e de conservação

Paulo Azevedo, Fundação Belmiro de Azevedo e Associação Viridia, Porto
Emanuel Gonçalves, Fundação Oceano Azul, Lisboa
Sílvia Tavares, Fundação Oceano Azul, Lisboa
Joana Andrade, SPEA BirdLife International, Lisboa
Nicole Azevedo, Associação Viridia, Porto
Tobias Azevedo, Associação Viridia, Porto
Raquel Gaspar, Ocean Alive
Mariana Cardoso Andrade, Fundação Oceano Azul, Lisboa
Giancarlo Bozza, Vicentina Foundation
Diana Vieira, Fundação Oceano Azul, Lisboa
Joana Duarte, Rota das Algas, Ericeira /Mafra
Teresa Santos, Mossy Earth, Odemira
Flora Hentz, Mossy Earth, Odemira
Francisco de Sousa, Mossy Earth, Odemira
João Rodrigues, Mossy Earth, Odemira
Luís Jordão, Mossy Earth, Odemira
Tiago de Zoeten, Mossy Earth, Odemira

Empresas ligadas ao mar

João Dias, Iberagar e Casco Antigo, Coima
António Vieira, Pescalgarve, Alvor
Francisco Machado, EasyHarvest, Faro
Nuno Fernandes, Iberagar e Casco Antigo, Coima
Joaquim Parrinha, Ecoalga, Porto Covo e Adega do Mar, Sines

Subscritores independentes

João Mariano, fotografia artística, Aljezur
Frederico Silva Pinto, economista, e Associação Viridia, Porto
João Tata Regala, biólogo marinho, Faro
Sylvie Dias, cineasta submarina, Lisboa

Mário Rolim, mergulhador, Trafaria

O manifesto permanece aberto à adesão de novos subscritores. Para subscrever, basta enviar nome, afiliação e localidade para: algarecoralseas@gmail.com